

Veículo: O Liberal		
Data: 18/10/2016	Caderno: Atualidades	Página: 05
Assunto: Indústria		
Tipo: Notícia	Ação: Espontânea	Classificação: Positiva

Indústria será monitorada em Barcarena

IMPACTOS

Acordo pretende implantar um novo modelo fiscalizador do polo industrial

Da Redação

A população de Barcarena conta com nova possibilidade de melhoria na qualidade de vida a partir da avaliação e diminuição dos impactos sofridos pelas indústrias instaladas no município. É que foi assinado, na tarde de ontem, um Termo de Compromisso para o Licenciamento do Polo Industrial de Barcarena, ocupado por pelo menos sete grandes indústrias e várias outras menores. Localizada na região do Baixo Tocantins, a cidade fica a cerca de 30 quilômetros de Belém e possui 115 mil habitantes.

O Termo de Compromisso ressalta que o Distrito Industrial de Barcarena nunca se submeteu a auditorias ambientais e que o polo causa graves impactos socioambientais, que atingem a sociedade civil, acarretando grandes mudanças.

O acordo foi firmado entre o Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), Procuradoria-Geral do Estado do Pará (PGE), Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas), Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará (Codec) e parceria da Prefeitura de Barcarena.

O objetivo inicial é avaliar a interação dos impactos de cada indústria do polo. Estão em funcionamento as plantas da Albras, Alunorte, Alubar (alumina e alumínio), Imerys (caulim), Votorantim (cimento), Yara (fertilizantes) e Oxbow (coque), que vão financiar os estudos necessários para que a Codec finalize a avaliação de impactos sinérgicos e contratar empresa capacitada, no prazo de 60 dias após a assinatura do acordo, para elaborar o diagnóstico socioambiental.

Segundo o procurador Bruno Vantente, as plantas industriais que beneficiam minérios e produzem fertilizantes, alumínio e cimento têm licenças ambientais individuais, mas nunca foi feita uma avaliação

dos impactos sinérgicos e cumulativos.

"Nunca foi feita uma licença ambiental para o distrito como um todo. Esse é um ponto importante porque uma série de impactos é maior, já que existem impactos sinérgicos que ultrapassam cada empresa individual", afirmou. Isso permitirá o monitoramento de toda a região, incluindo a água e o ar da região, porque os moradores se queixam de doenças e impactos ambientais, acrescentou. O procurador do MPF destacou ainda que o modelo hoje existente em Barcarena tem como base o automonitoramento. "As indústrias se autofiscalizam e dizem à Semas se estão ou não cumprindo a legislação", admitiu.

Auditoria independente vai elaborar o diagnóstico socioambiental



Termo de Compromisso foi assinado ontem para regulamentar o polo industrial

Documento reconhece falta de controle ambiental e prejuízos à população

O professor Marcel Hazel do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pará há seis anos pesquisa na região os impactos das empresas na mobilidade e na qualidade de vida dos habitantes de Barcarena e a resistência da população contra os impactos negativos. Para ele, o documento reconhece que não há monitoramento ambiental na região e que a população é pre-

judicada pelas empresas.

Hazel aponta a necessidade de precauções sobre qual empresa será contratada para fazer monitoramento, sua independência e seu livre acesso. Ele indicou que a população tenha acesso a todas as informações, por ser a maior interessada.

Segundo Luiz Fernandes Rocha, secretário de Estado de Meio Ambiente e Susten-



tabilidade (Semas), o Pará integra uma parceria que objetiva criar nova metodologia de licenciamento no Estado. "Historicamente os projetos vinham pra cá e, embora haja legislação praticamente definida, não têm um critério muito sólido à socioeconomia, que são os problemas das áreas de grandes projetos, como é o caso de Barcarena, porque nunca foi resolvida a parte socioeconômica. Com esse monitoramento e licenciamento do Distrito Industrial isso vai mudar. Já temos diagnóstico e nas audiências públicas terá todo um processo de participação coletiva. É um processo em que todos estamos juntos, é um novo modelo e isso fará a diferença", ressaltou.

O diagnóstico deverá ser acompanhado de uma audiência pública, que deve acontecer em 90 dias, para que a população de Barcarena forneça informações sobre os impactos gerados pela atividade econômica. Até um ano após a audiência pública, a empresa contratada deve entregar os estudos de impactos sinérgicos completos e apresentá-los aos moradores, em segunda audiência pública. Só depois dessa avaliação com participação popular é que a Codec poderá iniciar o processo de licenciamento ambiental do polo industrial da cidade.

Serviço

→ Integra do acordo

Acesse no endereço <http://bit.ly/compromissolicenciamento>